

**LEITURA:  
VISÃO AMPLIADA DE MUNDO E FORMAÇÃO CIDADÃ**

*Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi* (IFRJ)  
[ebalbi23@hotmail.com](mailto:ebalbi23@hotmail.com)

*Edda Maria Peixoto Barreto* (UENF)  
[eddampb13@gmail.com](mailto:eddampb13@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)  
[elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

**RESUMO**

A prática docente, na área de estudos das língua(gens), conforme orientação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, deve estar voltada para a formação de uma consciência cidadã dos educandos. Tendo como base os trabalhos desenvolvidos em sala de aula, o professor de língua portuguesa pode contribuir para uma ampliação da visão de mundo do aluno e, conseqüentemente, da sua percepção de si mesmo e do outro como membros da sociedade, tornando-se capaz de entender que tem, como integrante de um grupo social, direitos e deveres. A formação da capacidade leitora tem papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária por colaborar na criação do senso crítico dos indivíduos, por ter o texto a possibilidade de levar o indivíduo a interagir com o meio social. Sendo assim, o professor de língua, seja ela a materna ou uma segunda língua, ao trabalhar com as múltiplas linguagens presentes nos textos de interações cotidianas, aplicando os pressupostos das diversas ramificações da linguística e teorias da educação e da sociologia, tem um papel relevante na preparação dos alunos para terem voz e visibilidade na sociedade.

**Palavras-chave:** Linguística. Leitor crítico. Interação social

**1. Considerações iniciais**

O ensino de questões linguísticas, como se efetivava e ainda ocorre em várias escolas no nosso país, que objetiva adestrar o aluno para as provas escolares e de concursos, acaba por criar um hiato entre o aprendiz e a língua(gem). Fazem-se frequentes manifestações de desagrado de muitos alunos em relação ao ensino de língua por não verem sentido ao que lhes é ensinado na escola, isto é, pouca aplicabilidade do que aprendem na escola em suas vidas.

Trabalhar a competência comunicativa nos alunos, oportunizar a eles um conhecimento amplo para uma vida mais integrada aos diferentes espaços sociais e profissionais em que circulem, ou venham a circular, é do âmbito do ensino de línguas.

Mero treino com simples acúmulo de conhecimento sem objetivo prático não leva a um processo de ensino aprendizagem que contribua para a atuação do aluno de forma efetiva na sociedade, não lhe permite ter uma visão crítica do mundo que o cerca, nem lhe dá oportunidade de fazer escolhas que possam modificar e melhorar a sua vida.

## **2. Os parâmetros curriculares nacionais e o ensino**

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* surgiram com o objetivo de atuar como referência e apoio técnico para as discussões já existentes em alguns estados e municípios para, assim, melhorar a qualidade da educação até então oferecida.

A Secretaria de Educação Fundamental, em 1998, publica os *Parâmetros Curriculares Nacionais* para os terceiros e quartos ciclos do ensino fundamental. Esses dois ciclos correspondem ao fundamental II - que engloba do sexto ao nono ano. O então Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza (PCN, 1998, p. 5), ao dirigir-se aos professores, diz que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* têm a “intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro”. Na fala do ministro, é possível perceber que se busca um resgate da qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras e também a afirmação de que a educação é compromisso do governo, mas responsabilidade de toda a sociedade. Sobre essas palavras do ministro, cabe ainda ressaltar a ausência de um grupo muito importante no processo educacional: os alunos.

Para o ensino fundamental, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* apontam vários objetivos, dentre eles

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

(...)

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social,

de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

(...)

Utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações comunicativas;

Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

(BRASIL, 1998, p. 7-8).

Com esses objetivos, espera-se que o processo de ensino-aprendizagem oferecido nas escolas brasileiras leve os alunos a agirem em sociedade com respeito, a aceitarem as diferenças, a se adequarem às diversas situações comunicativas presentes em suas vidas e a serem capazes de buscar o conhecimento.

Surgem, em 2000, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o ensino médio, em seu texto é dado destaque para um estudo sistematizado com a linguagem, que é entendida como um caminho para que sejam alcançados os objetivos do estudo nesse segmento. Aponta-se a linguagem como “capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los” (BRASIL, 2000, p. 5), logo o conhecimento sobre as diversas possibilidades de uso da linguagem propiciam uma interação social marcada pela ausência de preconceito linguístico. Uma vez que surge das práticas sociais, é a linguagem dinâmica sendo, ao mesmo tempo, singular e plural. A respeito da linguagem e das práticas sociais, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* dizem que

Não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com o outro, dentro de um espaço social, como, por exemplo, a língua, produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade linguística.

Nas práticas sociais, o homem cria a linguagem verbal, a fala. Na e com a linguagem, o homem reproduz e transforma espaços produtivos. A linguagem verbal é um sementeiro infinito de possibilidades de seleção e confrontos entre os agentes sociais coletivos. A linguagem verbal é um dos meios que o homem possui para representar, organizar e transmitir de forma específica o pensamento. (BRASIL, 2000, p. 5)

As orientações dadas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o ensino médio visam a um aprendizado que leve o aluno a desenvolver habilidades tais como: “pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar” (Brasil,

2000, p. 5) atividades que contribuem para a sua inserção na vida social, no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

Com os objetivos pretendidos para os dois níveis de ensino (fundamental e médio) sendo alcançados, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* promoveriam a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária. Mas essa sociedade está ainda longe de se tornar real. Mudanças ocorreram, mas não levaram ao desenvolvimento da consciência cidadã dos alunos das escolas brasileiras, poucos conseguem reconhecer que têm um papel na edificação da sociedade, apresentar posicionamento crítico diante de situações presentes em sua realidade.

### **3. O ensino de língua**

Estudar língua, seja ela a materna ou a estrangeira pressupõe ir muito além das questões de gramática, deve estar vinculado à aplicabilidade do conteúdo estudado em momentos de interações sociais cotidianas, tanto no campo pessoal quanto no profissional, deve objetivar o preparo do aluno para as suas necessidades na sociedade moderna.

Há professores que comparam o ensino que receberam – fundamentado nas regras gramaticais – com o dos dias atuais e não entendem o porquê de ter dado certo com eles e de não lograr êxito com os seus alunos. A explicação pode estar na universalização da educação, isto é, na chegada aos bancos escolares de crianças que não tinham contato com a linguagem usada na escola, fato que provocava nelas a sensação de não pertencimento àquele lugar. Propostas de reformulação do ensino surgidas na década de 1960 e início dos anos 70 apontavam para mudanças metodológicas, não questionavam o conteúdo, sendo assim, não colaboraram na aproximação entre a realidade vivida pelos alunos e o conhecimento difundido pela escola. Os estudos de língua – materna ou estrangeira – oferecidos em muitas escolas brasileiras, têm como suporte as questões gramaticais.

O processo de ensino-aprendizagem de línguas, contudo, deve ser pautado na visão interacionista da linguagem, esse caráter dialógico das linguagens exige que na interlocução haja uma leitura mais profunda e imediata dos signos. A significação particular, específica é composta a partir de um conhecimento “histórico, social e cultural dos símbolos que permeiam o cotidiano” (BRASIL, 2000, p. 6).

Em sala de aula, cabe ao professor a decisão do que estudar, do

que ler, do que priorizar, de como fazer. É do docente o direito de escolha, e sua decisão terá como base os seus pontos de vista do que é ou não relevante para os alunos. Atitude fundamentalmente arbitrária, mesmo que justificada pela obrigatoriedade do conteúdo. Apenas preparar os alunos para a utilização de uma língua da qual eles pouco farão uso é não vê-los e nem permitir que eles mesmos se vejam como seres sociais, é

Acreditar numa língua abstrata, numa língua potencial, numa língua hipotética, que talvez possa acontecer, não se sabe em qual contexto, dita não se sabe com que intenção, não se sabe a quem, não se sabe se oralmente ou se por escrito, se formal ou informalmente, só pode resultar, na prática da sala de aula, em opções de: fazer listas de palavras, identificar sua classe morfológica; formar e analisar frases soltas; identificar a função sintática de termos e orações; ...; ... fazer aquelas coisinhas “sem graça e sem proveito” que todos nós, mais velhos, nos cansamos de fazer! (ANTUNES, 2014, p. 16)

A opção por essa língua(gem) distante da realidade do aluno como fio condutor do trabalho em sala de aula inviabiliza que sejam postos em prática muitos dos objetivos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, como a compreensão da cidadania como participação social e política, adoção de repúdio às injustiças, respeito a si e ao outro. Não é coerente querer formar cidadãos e não vê-los como cidadãos, querer respeito e não respeitar. Quando a variante linguística usada pelo aluno, nas situações comunicativas cotidianas, não ganha espaço na sala de aula, não se está cumprindo as propostas de conhecimento e valorização da pluralidade proposta pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. O processo de ensino-aprendizagem torna-se difícil, principalmente, porque o discurso norteador das práticas educacionais, da educação de uma maneira geral, não é o mesmo usado na maioria das unidades de ensino do país, seja no ensino fundamental ou no ensino médio.

Voltar o estudo da língua(gem) para a aplicabilidade, portanto para o texto – tomando o termo na sua concepção mais ampla –, preocupar-se com a formação de leitores é criar a possibilidade de formar cidadãos conscientes e críticos capazes de interagir com o outro entendendo que existem pontos de vista diferentes, mas que não têm que ser excludentes, ou mesmo menores, logo levando-o a entender as diferenças individuais e a respeitá-las.

#### **4. A formação do leitor**

O ato de leitura não é livre do mundo que o cerca, é determinado por forças que constituem o viver em sociedade, atendendo a interesses

do locutor de um texto a ser decodificado por um interlocutor também marcado por uma história que se constitui de fatores políticos, culturais, sociais, ideológicos. A leitura crítica de um texto viabiliza a percepção da voz social que subjaz em sua construção e permite identificar a ideologia que o legitima.

Por trazer inerente a si uma ideologia, o texto é uma forma de controle social. Há, por meio dele, a possibilidade de dominação social, seja no campo da política, da economia ou da educação. Qualquer contexto social é ambiente propício para alimentar teorias ideológicas, inclusive o espaço da escola, da sala de aula, quando não possibilita a grande parte de seus alunos a sensação de pertencimento ao ambiente escolar, alimenta a ideologia da classe dominante, isto é, sustenta a exclusão social dos estudantes oriundos das classes menos favorecidas economicamente. O professor, no desenvolvimento de suas atividades, deve ter o compromisso de promover a inclusão desses alunos, dando-lhes o mesmo direito de acesso ao conhecimento que é facultado aos estudantes de outras camadas da sociedade. As autoras Bortoni-Ricardo e Silva dizem, sobre a relação do papel do docente com o processo de formação da cidadania dos alunos mais suscetíveis à exclusão no espaço escolar, que

a mediação oportuna e construtiva do professor, mediante uma participação coletiva ou individual de seus alunos, pode representar uma estratégia pedagógica muito eficiente. O aluno cuja contribuição foi acolhida, ampliada ou comentada, sente-se valorizado. (BORTONI-RICARDO & SILVA, 2015, p. 115)

Quando o trabalho com a linguagem nas escolas não se propõe a incluir as diferentes linguagens usadas cotidianamente pelos educandos, as atividades escolares acabam alimentando a tirania da língua escrita, como diz Coulmas (2014, p. 24), a escola “funciona como uma agência de legitimação e reprodução de uma língua oficial ou nacional”. Agindo assim, a escola esquece que a língua falada, em todas as línguas ao longo dos tempos, precede a língua escrita, e que é, prioritariamente, por meio da oralidade que as interações sociais se efetivam. Não se está pretendendo desvalorizar a língua escrita, mas sim, dar uma expressão maior à oralidade, uma vez que a língua falada é mais frequentemente o meio usado para a expressão do pensamento, das ideologias vigentes, de valores sociais. Sobre o estudo da língua como ato social, Coulmas fala que

Quando a língua é estudada do ponto de vista de sua natureza social, incluindo os usos que a sociedade faz de seus recursos linguísticos, todas as razões justificam que se leve em consideração tanto a forma falada quanto a escrita, que variam ao longo de escalas estilísticas de formalidade e dependência

contextual bem como em termos de atitudes e potencial de regulação social. Para os sociólogos interessados na linguagem – não são tantos assim –, faria pouco sentido excluir a escrita de seu campo de investigação. Para eles, a “tirania da língua escrita” que Saussure observou é a razão principal para estudá-la, pois comprova a grande importância da escrita na sociedade. (COULMAS, 2014, p. 24)

Com o objetivo de evitar que as diferenças existentes entre a língua(gem) utilizada pelos alunos e a ensinada na escola funcionem como motivadoras de exclusão social, isto é, que as marcas de oralidade tão presentes no discurso dos estudantes façam com que eles não se sintam pertencentes à escola, não se vejam integrados à sociedade com direitos e deveres como qualquer cidadão, o professor de línguas deve, por meio de um trabalho com textos, levar o educando a perceber, como natural, a existência dessas variantes linguísticas, que elas são marcas de grupos sociais distintos e que não devem ser vistas com preconceito, ou serem rotuladas como melhores ou piores, apenas como adequadas ou não à situação comunicativa em que estão interagindo os seus usuários.

## **5. Considerações finais**

Por sermos textos em constante diálogo com outros textos em nossas interações cotidianas, o ensino de língua(gem) deve ter como ponto de partida textos plurais – orais e escritos – que capacitem o educando para refletir, avaliar o que está ocorrendo a sua volta e interagir com os grupos sociais nos quais circula.

O contato com textos diversificados, tanto na tipologia quanto no gênero textual, amplia a visão de mundo dos alunos, pois exige que façam associação de conhecimentos que trazem em sua bagagem cultural ou que estejam sendo compartilhados entre eles no ambiente da sala de aula.

Processo que envolve percepção, momento em que o leitor capta as informações passadas pelo locutor, e cognição, quando o leitor promove a interação do seu conhecimento com o dito pelo locutor, o ato de ler pode ser individual ou coletivo, mas que, quando realizado coletivamente e mediado pelo professor de língua, vai contribuindo para acrescer o acervo de informações dos estudantes, sua eficiência em analisar situações que vivencie em seu cotidiano, também sua habilidade para refletir sobre elas e, por fim, saber assumir uma posição diante dessas questões que lhes são impostas, seja na sua vida social, seja no âmbito profissio-

nal.

Cabe, portanto, ao professor de línguas contribuir para a formação da capacidade leitora de seus alunos, orientando-os para o exercício da cidadania, de modo a que se reconheçam como seres sociais e ocupem seus espaços na sociedade cumprindo seus deveres e sabendo exigir que seus direitos sejam respeitados.

O papel de mediador do professor no processo de aprimoramento da relação do aluno com os diversos tipos e gêneros textuais nas aulas de línguas durante os ensinamentos fundamental e médio possibilita o seu amadurecimento na condição de leitor e também de produtor de texto, tornando-o um leitor proficiente e crítico. A criticidade no ato de ler faz com que o leitor seja capaz de perceber o poder que emana de um texto, que ao interagir com ele, concordando ou não com as ideias veiculadas nele, assume uma posição diante das informações que recebe a partir de sua reflexão e análise sobre o tema.

Um trabalho com língua(gem) eficiente deve levar o educando a perceber que ser leitor é um permanente desafio.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples*. São Paulo: Parábola, 2014.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais, para o ensino médio. Parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro. *Mediação em sala de aula in leitura: ações de mediação pedagógica*. Campinas: Pontes, 2015.
- COLMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.
- KLEIMAN, Angela B. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 2013.